



CENÁRIO POLÍTICO

Márcio Reinheimer

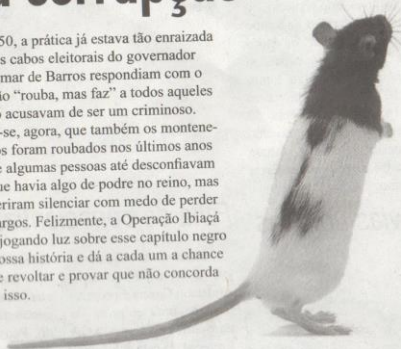
marcio@jornalibia.com.br

(51) 981695392

(In)tolerância à corrupção

“Governar é abrir estradas”, pregava o presidente da República Washington Luís Pereira de Souza, deposto em 1930 por um golpe de Estado liderado pelo gaúcho Getúlio Vargas. Num tempo em que o país era um punhado de cidades separadas por matas e os rios ainda eram a única forma de chegar a alguns recantos, rodovias e ferrovias eram as grandes prioridades. O fato é que os políticos brasileiros, salvo honrosas exceções, descobriram cedo que quanto maior o volume de obras a executar, maiores são as chances de desviar parte do dinheiro destinado a elas. E criou-se a ideia de que o bom governante é aquele que constrói muito. A ponto de a sociedade ter desenvolvido certa tolerância à corrupção. Nos

anos 50, a prática já estava tão enraizada que os cabos eleitorais do governador Adhemar de Barros respondiam com o bordão “rouba, mas faz” a todos aqueles que o acusavam de ser um criminoso. Sabe-se, agora, que também os montegrinos foram roubados nos últimos anos e que algumas pessoas até desconfiavam de que havia algo de podre no reino, mas preferiram silenciar com medo de perder os cargos. Felizmente, a Operação Ibiá está jogando luz sobre esse capítulo negro da nossa história e dá a cada um a chance de se revoltar e provar que não concorda com isso.



Grampos - Esta semana, através da Câmara de Vereadores, vieram a público as transcrições de dezenas de novas conversas telefônicas entre empresários, secretários, servidores públicos e o próprio prefeito com temas nada republicanos. São mais de 2 mil páginas, com provas robustas de que, dentro da Prefeitura, foi montada uma rede criminosa que ajudava alguns empreiteiros a ganharem praticamente todas as licitações de obras e serviços. Os principais beneficiários são as empresas JLV, de José Valmir D'Ávila; e Kamu, de Ricardo Schütz.

Organização - As gravações mostram que o crime era “organizado”. As empreiteiras elaboravam orçamentos, editais e passavam a um engenheiro da Secretaria de Obras, que carimbava tudo e assinava como se fosse ele o autor. Na licitação, os beneficiários do esquema alijavam outros concorrentes, criando obstáculos que os tiravam do páreo. Depois era este mesmo engenheiro que “fiscalizava” a execução dos contratos. Há evidências de que fazia vista grossa, por exemplo, ao uso de materiais diferentes dos licitados. A empresa ganhava nas duas pontas.

Contrapartida - Embora não haja, nas conversas divulgadas até agora, provas claras de que os participantes do grupo receberam alguma contrapartida financeira pelos privilégios concedidos às duas empreiteiras, é bem provável que isso tenha ocorrido. Afinal, o esforço foi grande e o risco de ser pego - o que acabou ocorrendo - também. Por que alguém atropelaria a lei e a ética de forma tão contumaz se não ganhasse nada com isso?

Displícência - Com base no que se viu até agora - e dizem que não é tudo - já dá para dizer que a Câmara agiu corretamente ao afastar o ex-prefeito Luiz Américo Aldana definitivamente do cargo. Se ele não está envolvido diretamente no esquema de fraudes nas licitações, fica claro que faltou competência na gestão do Município. Afinal, não enxergar tantas coisas acontecendo nos bastidores, envolvendo sua tropa de choque, revela, no mínimo, uma displícência incompatível com as responsabilidades do cargo que exercia.

Sob suspeita - Por enquanto, o Ministério Público transformou em ação apenas os crimes em torno das licitações do transporte escolar, mas outras devem vir. Há fortes indícios de irregularidades em pelo menos dez obras executadas entre 2015 e 2016. Entre elas, a construção de escolas, de um centro comunitário em Serra Velha e a recuperação do Cais do Porto, após desmoronamento nas proximidades da Tanac.

Desvios - A relação entre pessoas ligadas ao prefeito Aldana e os empreiteiros era tão promíscua que até os orçamentos e os editais de licitação eram produzidos pelas empresas ao invés de serem elaborados pelo poder público. Obviamente que, desta forma, os preços ficavam acima das reais necessidades e as sobras enriqueciam de forma ilícita os beneficiários do esquema. Somente na licitação do transporte escolar, o Ministério Público já havia apontado um desvio de mais de R\$ 600 mil. Agora é possível constatar que o modus operandi era o mesmo em quase todas as obras e serviços contratados pela Prefeitura.

Boquiroto - Há indícios claros de falcatruas também na área ambiental. O ex-secretário Carlos Alberto da Silveira Junior foi gravado pelo menos três vezes, em situações diversas, falando sobre direcionamento de licitações e troca de terrenos pela liberação de loteamentos. Num dos diálogos, inclusive, ele diz que a recuperação da Biblioteca, que estaria sendo orçada em R\$ 500 mil, poderia ser feita por R\$ 200 mil. “Dá pra ficar rico”, arrematou.

Remake - O prefeito Carlos Eduardo Müller, eleito na carona de Luiz Américo Aldana no ano passado, tem a difícil tarefa de provar que é vinho de outra pipa. Ele nega que soubesse do esquema e, de fato, o que existe nos autos são apenas citações a ele, sem qualquer prova. Contudo, mais do que falar, é preciso agir, através de novos e eficientes mecanismos de controle. A naturalidade de com que os implicados na Operação Ibiá discutem fraudes nas gravações deixa fortes suspeitas de que este filme é apenas o remake de uma velha e longa história.

Rapidinhas

* A comunidade aplaudiu com entusiasmo o desfile dos agentes da Brigada Militar, da Polícia Civil e da Susepe nesta quarta-feira. Contudo, em meio à crise na segurança, o governo teria feito mais pela sociedade se tivesse dispensado as corporações de participar das solenidades e reforçado as ações contra a bandidagem.

* A suplente Kellen de Mattos (PSD) assume hoje, por 15 dias, a vaga de Cristiano Braatz (PMDB) na Câmara. É sua estreia no plenário, que foi a segunda casa de sua mãe, Isaura Viegas de Mattos, por oito anos, entre 2001 e 2008.

* Os integrantes da Câmara Mirim receberam uma palestra sobre Impeachment esta semana. Com a cassação de prefeitos virando moda na Cidade das Artes, nada melhor do que saber como funciona o processo desde a adolescência.

* Na terça, véspera do feriado da Revolução Farroupilha, houve um baite entretido na secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Quem viu disse que tinha gente armada até com faca.



* Nos áudios da Operação Ibiá, chamam a atenção os apelidos pelos quais os envolvidos se tratavam. O empreiteiro José Valmir D'Ávila, por exemplo, era o “xerife”. Já o ex-prefeito Luiz Américo Aldana era chamado de “baixinho”. E todos se referiam ao gerente de contratos da Prefeitura, Gilson Hartmann, de “alemão”.

* Nas conversas, há flagrantes de deboche. Num diálogo com o então secretário de Meio Ambiente, Carlos Alberto da Silveira Junior, o empresário Nelson Joel Ferreira se refere a seu colega de PDT, Paulo Azeredo, como o único “trouxa” do Brasil.

* Um dos áudios divulgados é particularmente curioso. Nele, o secretário de Gestão e Planejamento, Evandro Machado, recebe pedido inusitado de um empresário: dificultar a instalação de um concorrente em Montenegro. Pela naturalidade do papo, solicitações assim não eram incomuns.

Nossas façanhas

O desfile de 20 de Setembro em São José do Sul foi além da tradicional passateia que acontece em outras cidades, como Montenegro. As entidades realizaram encenações e, neste ano, contaram um pouco da história dos líderes da Revolução Farroupilha, arrancando aplausos com suas performances.

Farrapos - Além das encenações, o desfile de lá também foi marcado por um protesto. Estudantes da única escola estadual do município carregaram cartazes contra o governador José Ivo Sartori e o secretário da Fazenda, Giovanni Feltes. Na manifestação silenciosa, a comparação era entre os heróis farrapos e os atuais, seus professores. Em Montenegro, os estudantes preferiram o descanso do feriado.